

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.249.858 - SP (2018/0035857-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : GILDETE MONTEIRO RIBEIRO AQUINO LUBAS  
**AGRAVANTE** : AUDIR AQUINO LUBAS  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M  
**AGRAVADO** : LUZIA PAULA MORAES CANTAL  
**AGRAVADO** : MARCOS EDUARDO PIVA  
**ADVOGADO** : MARCOS EDUARDO PIVA (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP122085

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, interposto por GILDETE MONTEIRO RIBEIRO AQUINO LUBAS e AUDIR ALQUINO LUBAS, fundado no art. 105, III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 536):

*AGRAVO REGIMENTAL - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS - EXECUÇÃO - Decisão monocrática que negou provimento a agravo de instrumento — Citação com hora certa efetivada na pessoa do porteiro do prédio do domicílio dos devedores — Validade — Curador especial — Alegação de inabilidade técnica - Descabimento - Arresto - Admissibilidade - Decisão mantida - Recurso desprovido.*

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 227, 229, 653 do CPC/73; 252, parágrafo único, 254, 485, IV, 489 e 803, I, do CPC/15; 36 do Código de Ética e Disciplina da OAB; 22 da Lei 8.906/94, bem como a configuração de dissídio jurisprudencial. Para tanto, sustenta, em síntese, que: (i) "*a citação por hora certa não se aperfeiçoou, porque não implementado o requisito do art. 229 do CPC/73 (254 do CPC/15)*" - (fl. 550); (ii) o arresto é irregular, pois não houve "*o esgotamento dos meios de localização do devedor e indício de prova nos autos da ocultação do devedor*" - (fl. 552); (iii) "*a atitude do curador especial causou prejuízos aos recorrentes, que além de não terem sido citados regularmente, ainda não tiveram oportunidade de se defender, sendo-lhes sonegado direito constitucionalmente assegurado da ampla defesa*" - (fl. 555); (iv) o título executivo é ilícido, pois "*o contrato de prestação de serviços advocatícios, cuja remuneração ficou atrelada à defesa dos direitos dos*

*recorrentes, de modo genérico, não teve especificação sobre quais peças processuais seriam apresentadas, a justificar os honorários contratados" - (fl. 556).*

É o relatório.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No que tange à admissibilidade do apelo especial por violação dos arts. 485, IV, 489 e 803, I, do CPC/15; 229 do CPC/73; 22 da Lei 8.906/94 e 36 do Código de Ética e Disciplina da OAB, não se vislumbra o efetivo prequestionamento do teor dos dispositivos legais citados, o que inviabiliza a apreciação da tese recursal apresentada, sob pena de supressão de instâncias. De fato, não se extrai do acórdão recorrido pronunciamento a respeito de controvérsia apoiada na normatividade dos dispositivos legais supostamente violados. Frise-se que ao STJ cabe julgar, em sede de recurso especial, conforme dicção constitucional, somente as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios. Observa-se a incidência, pois, por analogia, dos óbices das Súmulas 282 e 356 do STF.

No tocante à citação por hora certa, conseguinte nomeação de curador e realização do arresto na execução, a Corte de origem verificou a validade dos referidos procedimentos e atendimento aos requisitos exigidos pela legislação processual civil, conforme se denota do trecho do acórdão a seguir (fls. 537/538):

*Conforme certidões de fls. 65, 122 e 136, o Oficial de Justiça nos dias 09/02, 01/03 e 07/03 dirigiu-se ao endereço dos agravantes, a fim de efetivar a citação, sem lograr êxito, sempre com desculpas evasivas, marcando hora certa para a realização do referido ato processual, o que também foi infrutífero, motivo pelo qual realizou a citação na pessoa do porteiro. Assim sendo, demonstrados os requisitos dispostos no art. 227 do CPC/73 e ante a evidente ocultação dos agravantes foi efetivada citação com hora certa (art. 228), conforme certidão que goza de fé pública, não infirmada, quedando-se inertes, sendo-lhes nomeado Curador Especial.*

*Com efeito, a presunção de validade do ato citatório não pode ser desfeita e deve preponderar, vez que atendidas as prescrições legais, o contraditório e ampla defesa. Hígida, pois, a citação na*

*forma em que efetivada.*

*E, nos termos do artigo 653 do CPC/73, "O oficial de justiça, não encontrando o devedor, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução." Logo, para a realização da medida excepcional de arresto, dentre outros requisitos, necessário se faz que a citação dos devedores tenha restado infrutífera. De forma que, nada há de irregular no arresto efetivado, ante as reiteradas tentativas de localização dos agravantes, sem sucesso.*

*Outrossim, nomeado curador especial, ante a citação com hora certa, não há que se cogitar em inabilidade, na medida em que não apresentou embargos à execução para não onerar ainda mais os agravantes, ante a ausência de elementos para fundamentar o referido recurso, com possível sucumbência e condenação em honorários advocatícios, de forma que o curador nomeado preferiu aguardar 'vista para análise dos atos subsequentes, notadamente para estudo de cabimento de outras medidas'. - (grifou-se)*

Nesse contexto, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório. Em reforço:

*AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. COTAS CONDOMINIAIS. COMPROVAÇÃO DO DÉBITO. PREECHIMENTO DOS REQUISITOS PARA CITAÇÃO POR HORA CERTA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ.*

*1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).*

*2. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp 1075691/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 20/03/2018) - grifou-se.*

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CITAÇÃO POR HORA CERTA. NÃO CONFIGURAÇÃO DE OCULTAÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. COMUNICADO DO ART. 229 DO CPC. MERA FORMALIDADE. PRAZO PARA DEFESA. CÔMPUTO A PARTIR DA DATA DE JUNTADA DO MANDADO CITATÓRIO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1. O Tribunal de origem, com base no acervo probatório dos autos, concluiu pela ocorrência de ocultação do agravante para ser citado.*

*Assim, a pretensão de modificação do julgado nesse aspecto*

***envolve necessariamente reexame de prova, situação vedada em recurso especial, a teor da Súmula nº 7 do STJ.***

2. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que o envio da correspondência mencionada no art. 229 do CPC, contendo a informação da citação por hora certa, é mera formalidade, não se constituindo como requisito para sua validade, que ocorreu de forma regular.

*Precedentes.*

3. Ademais, na citação com hora certa, o prazo para contestação começa a fluir com a juntada aos autos do mandado respectivo, e não da juntada do comprovante de recepção do comunicado a que se refere o art. 229 do CPC. *Precedentes.*

4. Disposição legal sobre a contagem no prazo de contestação mantida no art. 231, II e § 4º, do novo CPC.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1537625/RJ, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/10/2015, DJe 13/10/2015) - grifou-se.

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. INEXISTÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ARRESTO. REQUISITOS NÃO COMPROVADOS. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. PLEITO QUE EXIGE REEXAME DE PROVAS.**

1. É firme nesta Corte o entendimento de que "o julgamento monocrático encontra previsão no art. 557 do CPC, não havendo falar em ofensa ao princípio do juiz natural" (AgRg no AREsp n. 242.547/PE, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 3/10/2014).

2. Não viola o art. 535 do Código de Processo Civil nem importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adotou para a resolução da causa fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pela recorrente, para decidir de modo integral a controvérsia posta.

**3. É inviável o provimento do especial, para reconhecer a comprovação dos requisitos necessários à concessão do arresto, por força do enunciado nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.**

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 639.067/SP, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 07/08/2015) - grifou-se.

Por fim, a incidência da Súmula 7/STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio - por ser inviável a aferição de similitude fática entre os julgados -, e impede o seguimento do presente recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. Nessa linha, observam-se os seguintes precedentes:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - ALEGADA NÃO COMPROVAÇÃO DA CAUSA PARA EMISSÃO DE DUPLICATAS - SENTENÇA E ACÓRDÃO QUE RECONHECERAM A VALIDADE DOS TÍTULOS - DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO DEMANDANTE.*

*1. Demonstrado que o acolhimento das razões do recurso especial torna imprescindível o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, incide o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.*

*2. A incidência do enunciado nº 7 da Súmula do STJ impede o conhecimento do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.*

*3. O dissídio jurisprudencial deve ser minuciosamente demonstrado por meio do cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os acórdãos apontados como paradigmas, procedimento não observado pela parte insurgente.*

*4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1137530/MT, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 10/06/2014, DJe 24/06/2014)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator